



OS DESLOCAMENTOS OPERADOS NO CURRÍCULO PARA A FORMAÇÃO DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

Maria Renata Alonso Mota;
Alana Dafne Travella.

RESUMO

O artigo apresenta análises de uma pesquisa acerca do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, de forma a compreender os movimentos que possibilitaram que a formação de professores para atuarem na Educação Infantil fosse se configurando como uma demanda. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida por meio da análise de projetos pedagógicos, atas de reuniões e deliberações de diferentes momentos deste curso. Também, foram realizadas entrevistas com duas professoras que participaram deste movimento de inserção da Educação Infantil no currículo no curso. Dentre os aspectos que possibilitaram que a formação abarcasse a Educação Infantil, destaca-se o movimento mais amplo que está relacionado com o contexto nacional de reconhecimento da infância como um sujeito de direitos, bem como o movimento das professoras integrantes do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE em defesa da formação das profissionais para atuarem nas creches e pré-escolas.

Palavras-chave: Curso de Pedagogia. Formação de Professores. Educação Infantil

THE DISPLACEMENTS OPERATED IN THE CURRICULUM FOR THE TRAINING OF CHILDREN'S EDUCATION TEACHERS IN THE PEDAGOGY GRADUATION OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG

ABSTRACT

The article presents analyzes of a research about the Pedagogy course at the Universidade Federal do Rio Grande - FURG, in order to understand the movements that made possible the graduation of teachers trained to work in early Childhood Education as a demand. The research, of qualitative nature, was developed through the analysis of pedagogical projects, minutes of meetings and deliberations of different moments of this course. Interviews were also carried out with two teachers who participated in this movement of inserting early Childhood Education in the graduation curriculum. Among the aspects that enabled the training to encompass Early Childhood Education, the broader movement that is related to the national context of recognition of childhood as a subject of rights stands out, as well as the movement of teachers who are members of the Center for Study and Research in Childhood Education - NEPE, in defense of the training of professionals to work in daycare centers and pre-schools.

Keywords: Pedagogy Course. Teachers trained. Childhood Education.

LOS DESPLAZAMIENTOS OPERADOS EN EL CURRÍCULO PARA LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE EDUCACIÓN INFANTIL EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE RIO GRANDE – FURG

RESUMEN

El artículo presenta los análisis de una investigación sobre el curso de Pedagogía de la Universidad Federal de Rio Grande – FURG, con la intención de comprender los movimientos que hicieron posible la formación de profesores para trabajar en la Educación Infantil, y que esta fuera configurándose como una demanda. La investigación, de carácter cualitativo, fue desarrollada por medio del análisis de proyectos pedagógicos, actas de reuniones y deliberaciones en diferentes momentos de este curso. También fueron realizadas entrevistas con dos profesoras que participaron de este movimiento de inserción de la Educación Infantil en el currículo del curso. Entre los aspectos que posibilitaron que la formación abarcara a la Educación Infantil se destaca un movimiento más amplio que está relacionado con el contexto nacional del reconocimiento de la infancia como sujetos de derecho, así como el movimiento de las profesoras que integran el Núcleo de Estudios y Pesquisas en Educación de la Infancia – NEPE, en defensa de la formación de las profesionales que actúan en las guarderías y preescolas.

Palabras-Clave: Curso de Pedagogía. Formación de Profesores. Educación Infantil.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta análises de uma pesquisa que teve como objetivo analisar os deslocamentos operados no currículo para a formação de docentes da Educação Infantil no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Atualmente, no Brasil, em consonância com a Resolução nº 01/2006, os cursos de Pedagogia formam docentes para atuarem na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Porém, o curso de Pedagogia nem sempre abarcou essa formação.

Se olharmos para a história da educação de crianças de zero a seis anos, veremos que as primeiras instituições, que possuíam caráter assistencialista, tinham como profissionais, em sua maioria, mulheres e sem formação específica. Durante muito tempo, o perfil das profissionais que atuavam com os bebês e com as crianças pequenas, nas creches, era atravessado, em específico, pelo papel de mãe e pelo trabalho doméstico, em função de um discurso que enfatizava as virtudes femininas que capacitariam as tarefas de cuidado. Contudo, muito se reivindicou para que o caráter assistencialista desse lugar ao estatuto profissional. Nesse sentido, o movimento das mulheres no Brasil trouxe grandes conquistas, especialmente, no que tange à Educação Infantil.

A legislação brasileira do campo educacional, até meados da década de 1980, era omissa em

relação à formação docente das profissionais da Educação Infantil. Porém, isso começa a mudar com a Constituição Federal de 1988, que consolidou essa etapa educacional como direito garantido a todas as crianças e, em 1990, emerge o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Nesse contexto, a formação docente para a Educação Infantil passa a ser tematizada por diversos debates que precedem a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) e abrangem a articulação da Coordenação Geral de Educação Infantil, relacionada ao Ministério da Educação e segmentos sociais. Esta articulação resultou em uma política de Educação Infantil que afirmou o cuidado e a educação como indissociáveis e a formação específica para esta etapa educacional.

Mas foi com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 que a formação específica para atuar, na Educação Infantil, ganha maior visibilidade. Podemos dizer que formação das professoras de Educação Infantil é um tema que se fortaleceu com as políticas educacionais e com muitos debates acadêmicos no país sobre a área, principalmente, desde a década de 1990.

Essas questões acerca da formação para as profissionais que atuam na Educação Infantil nos levam a pensar sobre o curso de Pedagogia. O curso de Pedagogia, apesar de existir desde 1939, não abarcava a formação específica para atuar na primeira etapa da Educação Básica. Os cursos de Pedagogia, no Brasil, foram, lentamente, passando por alterações e, aos poucos, abrangendo a formação de docentes para atuarem na Educação Infantil.

Nesse sentido, interessa-nos, neste artigo, analisar alguns movimentos que foram possibilitando que a formação de professoras para atuarem na Educação Infantil fosse aparecendo como uma demanda. No caso específico deste estudo, detivemo-nos a analisar estes movimentos que foram ocorrendo, especificamente, no curso de Pedagogia da FURG.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da perspectiva pós-estruturalista, sendo que utilizamos o conceito de *governamento*¹ de Michel Foucault, como ferramenta teórico-metodológica. Além disso, olhamos alguns fios da história como uma forma de olhar para o presente, não buscando um ponto originário da Educação Infantil no currículo do Curso de Pedagogia da FURG, mas suas condições de possibilidades para que a Educação Infantil passasse a fazer parte do currículo deste curso.

Para isso, analisamos não só o atual Projeto Político Pedagógico deste Curso de

¹ Utilizamos *governamento* a partir da concepção de Foucault (1995, p. 243), como “um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes”.

Pedagogia, mas também os anteriores. Também, analisamos os documentos referentes ao Curso de Pedagogia desde a implementação da pré-escola no currículo, no ano de 1988, e ainda, as atas de reuniões da coordenação do curso, deliberações e resoluções contidas no *site* da FURG.

Além da análise destes documentos, foram realizadas entrevistas com duas professoras da FURG que tivessem participado deste movimento de inserção da Educação Infantil no currículo do Curso de Pedagogia. As duas professoras que participaram do estudo eram integrantes do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE, da FURG. Essas entrevistas foram gravadas e transcritas para que nenhuma informação fosse perdida. Cabe ressaltar que, durante todo o desenvolvimento da pesquisa, foram adotados os cuidados éticos necessários e entregue Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi assinado por todas as pessoas envolvidas no estudo.

CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

O Curso de Pedagogia no Brasil passou e vem passando por inúmeras modificações políticas e pedagógicas no decorrer dos anos desde o seu surgimento. Vieira (2012) afirma que o processo de reforma do Estado brasileiro materializou-se em leis, decretos, resoluções, pareceres, ou seja, por meio de atos normativos que contribuíram para mudanças no cenário educacional, que foram evidenciadas a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Após a promulgação dessa LDBEN, a formação específica para atuar, na Educação Infantil, ganhou força e muitos cursos incluíram aspectos relacionados à educação de bebês e de crianças bem pequenas.

Buscando compreender a trajetória do curso de Pedagogia da FURG, trazemos alguns apontamentos acerca de sua criação e as principais modificações que ocorreram ao longo do tempo. Na década de 1950, em razão da carência de escolas de nível superior no município, uma evasão significativa de estudantes se deslocava a outras regiões à procura de estudos. Considerando esse cenário e tendo em vista a área industrial da cidade na época, um grupo de empresários começou a discutir a elaboração de um curso superior. Dessa maneira, originou-se a Escola de Engenharia Industrial, a primeira faculdade no município. Contudo, no ano de 1953, o Ministério da Educação e Cultura requisitou que essa escola tivesse alguém que a

sustentasse, por isso, foi criada a Fundação Cidade do Rio Grande, que passou a ser intitulada Universidade Federal do Rio Grande – FURG (ALMEIDA, 2004).

Em virtude da demanda social da região, associada aos propósitos da Fundação Cidade do Rio Grande, outras faculdades surgiram na cidade. E, em razão do laço criado com a cidade vizinha, a Mitra Diocesana de Pelotas, em 1960, propôs a criação da Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande, com a oferta dos cursos de Filosofia e Pedagogia, cujo funcionamento foi autorizado, em janeiro de 1961, pelo Decreto nº 49.963.

Durante esse processo de construção da Universidade do Rio Grande, foi aprovado o Estatuto da Fundação Universidade do Rio Grande como entidade mantenedora em outubro de 1969. Porém, no ano de 1987, a universidade passou a ser pública e designou-se Fundação Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Vieira (2012) mostra que, em 1983, na FURG, foi aprovada a Resolução nº 5/1983, que estabeleceu a extinção da oferta das habilitações administração escolar; supervisão escolar; inspeção escolar e orientação educacional, sendo que estas passariam a ser oferecidas por meio de Cursos de Pós-Graduação, em Nível de Especialização.

Desde então, a FURG ofertou o Curso de Pedagogia apenas com a habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau. Medeiros (1999) comenta que, a partir daí, foi dado início a um longo processo de estudos e discussões, com a participação de docentes e discentes, com vistas à elaboração de uma proposta pedagógica para os novos cursos. Entretanto, a habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau teve duração de quatro anos até ser aprovada uma nova organização curricular para o curso.

Assim, no ano de 1988, o Curso de Pedagogia da FURG passou a ter habilitações para as séries iniciais do 1º Grau, no turno da manhã, e para a pré-escola, no turno da noite, permanecendo a habilitação para o Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau como apostilamento às novas habilitações (VIEIRA, 2012). Essas novas habilitações foram criadas tendo em vista a elevada procura de docentes pelo ensino superior e pela falta de formação específica para o magistério nas séries iniciais e na pré-escola. Quanto à estrutura curricular para pré-escola e séries iniciais, nos dois primeiros anos, se tinha uma formação abrangente, composta por um núcleo comum a partir de disciplinas de Sociologia, História da Educação, Psicologia e Filosofia. Já nos últimos dois anos, o currículo possuía características próprias, com disciplinas direcionadas para cada área.

Em 1995, com a Deliberação nº 23/1995, foi aprovada outra reformulação no Curso de Pedagogia. A partir do ano de 1996, foi reativa a oferta da habilitação Magistério das

Matérias Pedagógicas do Ensino do Segundo Grau no turno da noite e a Habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino do Segundo Grau e Pré-Escola passou para o turno da manhã, juntamente com a oferta Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino do Segundo Grau e Séries Iniciais do Primeiro Grau. (VIEIRA, 2012). Essa alteração ocorreu devido à dificuldade que se tinha para fazer estágios na pré-escola, pois deviam ocorrer no período diurno.

Alguns anos depois, objetivando atender às Resoluções do Conselho Nacional de Educação, que instituíram as diretrizes curriculares para cursos de formação docente, o nome do curso modificou, respectivamente, de Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau e pré-escola e do Magistério das Matérias Pedagógicas de Ensino do 2º Grau e Séries Iniciais do 1º Grau para Curso de Pedagogia – Educação Infantil e Curso de Pedagogia – Anos Iniciais do Ensino Fundamental, segundo Deliberação nº 25/2002.

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, em 2006, foi realizada outra alteração curricular, pois a legislação visava acabar com as habilitações e propunha a formação de um pedagogo generalista. Sendo assim, o curso passou a se chamar Pedagogia – Licenciatura. Desde então, o currículo passou por algumas alterações, objetivando sempre a melhoria da qualidade do curso.

Atualmente, ele é reconhecido pela Portaria nº 286, de 21 de dezembro de 2012, e oferece, anualmente, 45 vagas, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), para turmas no turno da manhã e à noite. Em 2014, foi apresentada uma proposta curricular com o intuito de atender aos interesses diversos do momento histórico no que se refere à formação qualificada. Nessa direção, a referida proposta atendeu às novas deliberações, resoluções e pareceres referentes à inclusão de novas temáticas nos currículos de formação de professores. Em seguida, alguns ajustes foram feitos nesse currículo, os quais passaram a constar na Deliberação nº 012/2016 do COEPEA, que propôs excluir algumas disciplinas e criar outras e incluí-las no currículo. As alterações buscam, sempre, ir ao encontro de esforços de qualificação profissional.

Após trazer algumas informações a respeito do Curso de Pedagogia, tecemos as análises do estudo em que observamos os fios históricos acerca do que levou o Curso de Pedagogia a oferecer a Educação Infantil no currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

ALGUMAS PORTAS DE ENTRADA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA FURG

A partir do que expusemos na seção anterior sobre o contexto de criação do curso de Pedagogia da FURG e as modificações que foram ocorrendo em seu currículo ao longo dos anos, podemos perceber que o primeiro currículo que apresentou ênfase na Educação Infantil teve início em 1988. Nesta seção, buscaremos apresentar alguns aspectos que se configuraram como condições que possibilitaram que a Educação Infantil fosse entrando no currículo do curso de Pedagogia. Iniciaremos por uma condição externa, isto é, um movimento mais amplo que está relacionado com o contexto nacional de reconhecimento da infância como um sujeito de direitos.

Buscando atender aos requisitos da época, no ano de 1983, a Resolução nº 5/1983 extinguiu a oferta das habilitações administração escolar; supervisão escolar; inspeção escolar e orientação educacional, determinando que tais habilitações seriam oferecidas através de Cursos de Pós-Graduação, em nível de especialização. Essa Resolução previa, ainda, a implantação de novas habilitações, dentre elas, Magistério para a pré-escola, sendo oferecida, assim como as demais habilitações, articulada com a habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do Ensino de 2º Grau.

Ao analisarmos os documentos, percebemos que esse período foi o começo de estudos e de debates em prol da inclusão da pré-escola no currículo. É possível perceber isso através da Proposta curricular para as novas habilitações do Curso de Pedagogia (s/d). Apresentamos, a seguir, um excerto deste documento para mostrar este movimento:

Os mais flagrantes problemas do sistema educacional brasileiro, bem como a repetência e a evasão estão centrados nas séries iniciais da escola de 1º grau e a ação do bom professor merece considerável influência para minimizá-los. Torna-se então, não apenas possível, mas também conveniente, que se pense na formação para a pré-escola em nível superior, dada a importância da educação que se processa nos primeiros anos de escolarização como base de todo o conhecimento e da formação de hábitos, habilidades e atitudes (PROPOSTA CURRICULAR PARA AS NOVAS HABILITAÇÕES DO CURSO DE PEDAGOGIA, S/D).

A partir desses excertos, percebemos que, ainda que uma das portas de entrada para a Educação Infantil seja a percepção da infância a partir de seus direitos, o foco não é a pré-

escola. De acordo com estes discursos, era necessário investir na pré-escola, mas com foco nos anos posteriores. Ou seja, seria importante investir na pré-escola, mas como forma de preparação para as séries iniciais da escola de primeiro grau.

Como podemos perceber, as crianças ganharam visibilidade no campo das políticas públicas, sendo vistas como sujeito de direitos, tornando-se alvo de novas formas de governo desde seu nascimento. São estratégias diferentes que se conjugam e se entrelaçam no sentido de melhor governar a infância. No caso do que apontamos acima, são estratégias de governo que atuam na direção de uma educação preparatória para a escola de primeiro grau. Como salienta Gallo (2013, p. 207), “qualquer criança, vivendo em um Estado democrático, está instrumentalizada, governada, ainda que o veículo desta instrumentalização seja a afirmação dos seus “direitos”.

Mas há outro aspecto que queremos ressaltar. Em virtude da falta de formação específica, tanto na pré-escola quanto nas séries iniciais, e em função da procura elevada de professoras pelo ensino superior, no ano de 1987, foi aprovada uma nova organização curricular para o curso de Pedagogia da FURG, com habilitação para pré-escola e as matérias pedagógicas do 2º Grau como apostilamento à nova habilitação.

Levando isso em consideração, o Relatório para reconhecimento do Curso de Pedagogia Licenciatura Plena – habilitações: Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau e séries iniciais e Magistério das matérias pedagógicas do 2º grau e pré-escola (1991) afirma que as modificações propostas para o Curso de Pedagogia aparecem, também, compartilhadas como uma necessidade da Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC) da época, mostrando que o município do Rio Grande/RS, assim como a universidade, estava tendo um olhar atento para as modificações ocorridas naquele período:

[...] é compartilhada também pelas necessidades da 18ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação), as quais juntamente com a universidade, buscam a melhoria da qualidade do ensino, oferecendo uma base cultural que assegure a capacidade de manejo de conhecimentos necessários, tanto de natureza geral, como didático pedagógico, o que sem dúvida resultará em maiores benefícios para o binômio ensino-aprendizagem (RELATÓRIO PARA RECONHECIMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA – HABILITAÇÕES: MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO 2º GRAU E SÉRIES INICIAIS E MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO 2º GRAU E PRÉ-ESCOLA (1991).

Nessa direção, utilizamos, novamente, esse documento para destacar alguns

aspectos que possibilitaram a emergência desta nova composição curricular:

Em face das mudanças sociais, econômicas e culturais que vem se processando nos últimos tempos a educação pré-escolar reveste-se de uma importância cada vez mais significativa. Por isso, entende-se que deve também constituir um campo de estudo a ser incluído como habilitação específica no Curso de Pedagogia.

[...] O interesse por tais cursos vem crescendo extraordinariamente, enquanto também a expansão do atendimento às crianças dessa faixa etária de desenvolvimento vem sendo cada vez maior através da pré-escola, creches e jardins ou programas especiais.

(RELATÓRIO PARA RECONHECIMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA – HABILITAÇÕES: MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO 2º GRAU E SÉRIES INICIAIS E MAGISTÉRIO DAS MATÉRIAS PEDAGÓGICAS DO 2º GRAU E PRÉ-ESCOLA (1991).

Assim, o Curso de Pedagogia habilitação pré-escola surgiu, principalmente, em razão da necessidade de formar profissionais para o exercício do magistério com crianças na faixa etária de quatro a seis anos. As professoras entrevistadas destacam alguns elementos importantes quanto aos aspectos que levaram a FURG a oferecer a Educação Infantil, vejamos a seguir:

[...] hoje olhando para a história vejo muita influência de educadores da universidade que sentiram a necessidade de uma formação para a Educação Infantil indo em direção aos movimentos da época, como a LDBEN e a Constituição Federal de 1988 [...] esses movimentos externos à universidade, junto com a sensibilidade de professores, fez com que a pré-escola e depois a Educação Infantil fosse ganhando força no curso (PROFESSORA OLGA).

Em conjunto com a LDBEN/1996 a gente estava lutando para Educação Infantil ser Educação Básica, ou seja, a primeira etapa da Educação Básica consolidando como uma área, um campo de saber de conhecimento. [...] A gente estava consolidando uma concepção de Educação Infantil no início da década de 2000 e, para consolidar essa concepção precisava concretizar isso no currículo (PROFESSORA SIMONE).

As professoras, quando fazem referência aos movimentos externos, trazem, também, algumas condições de possibilidades para a emergência da Educação Infantil no currículo do curso, em especial, a força da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDBEN– Lei nº 9.394 de 1996. Gallo (2015) destaca que a Constituição de 1988 é o marco jurídico, na qual a cidadania é apresentada como o princípio fundamental, ficando anunciada como a “constituição cidadã”.

O reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica

impulsionou outra alteração no curso de Pedagogia da FURG. Em 2002, o curso passou a denominar-se Curso de Pedagogia – Educação Infantil, através da Deliberação nº 25/2002, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Enfim, frente às discussões apresentadas, vimos que os rumos ocorridos a partir da década de 1980 deram direcionamentos novos ao atendimento às crianças pequenas, pois a educação se realça frente à assistência.

Após apresentar as condições externas que foram possibilitando a constituição da Educação Infantil no currículo do Curso de Pedagogia da FURG, abordaremos algumas condições internas. Para iniciar essa discussão, apresentamos as falas das professoras entrevistadas:

[...] junto também com movimentos de pesquisadores da época, um grupo de professoras do NEPE foi tendo subsídios para lutar por um currículo melhor para a educação de zero a seis anos (PROFESSORA OLGA).

Tinha um movimento bem importante para consolidar a formação do professor. Era uma pesquisa do NEPE que congregava e falava sobre a demanda da Educação Infantil. Nessa pesquisa a gente fazia todo um movimento político no município para lutar por concurso público e fazer a demanda de formação continuada. Isso também foi colaborando para que a gente visse os problemas e a emergência da formação na FURG (PROFESSORA SIMONE).

[...] uma das conclusões dessa pesquisa realizada era que grande maioria dos professores não tinha formação em Educação Infantil. [...] Os professores que trabalhavam com as crianças pequenas no município do Rio Grande não eram professores formados em Educação Infantil. Isso ajudava a ter argumentos da importância de ter um currículo específico para a Educação Infantil (PROFESSORA SIMONE).

Analisando essas afirmações, destacamos, inicialmente, o engajamento das professoras da FURG, que, posteriormente, fundaram e integraram o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação da Infância - NEPE ao realizarem estudos e pesquisas no município de Rio Grande/RS.

Pode-se dizer que o NEPE foi um fio de proveniência para a emergência da Educação Infantil no currículo do Curso de Pedagogia da FURG. Isso é percebido, pois o NEPE, criado em 1996, foi pioneiro, na universidade, acerca do desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão na área da Educação Infantil. Desde então, o NEPE busca intercâmbio não só com outras instituições de Ensino Superior, mas também com as unidades educativas, como as creches e as pré-escolas, além de profissionais que atuam com esta faixa etária e estudantes do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FURG. Ainda sobre a potência do NEPE, a professora Simone aponta que:

O bom da FURG é que a gente tinha o NEPE na época. Esse grupo fazia muitas coisas. Ofertava curso de extensão; tinha um grupo de estudo; [...] a gente tinha algumas ações formativas paralelas a formação inicial. Assim fomos ressignificando a formação da Educação Infantil por outros meios, seja através da extensão, da formação continuada, da pesquisa, convidando as meninas para serem bolsistas de pesquisa do próprio NEPE. Ainda tinha o evento *Educação Infantil em debate* - sempre muito legal. A gente trazia pessoal de fora para discutir questões sobre a Educação Infantil (PROFESSORA SIMONE).

Percebe-se como o NEPE teve um papel relevante no Curso de Pedagogia, possibilitando uma formação complementar de qualidade aos discentes e mostrando como podem ser sujeitos no processo de construção do conhecimento. O evento Educação Infantil em debate, citado pela professora, surgiu em 1997 e trouxe discussões diversas acerca da Educação Infantil. Atualmente, ele é considerado um evento marcante no que se refere à Educação Infantil no sul do Estado e tem contado com a participação de palestrantes e pesquisadores não só da FURG, mas também de outras Instituições de Ensino Superior.

Ainda, as pesquisas realizadas², no município do Rio Grande/RS, foi uma condição de possibilidade bem expressiva no que tange à constituição histórica da Educação Infantil no currículo do curso, pois exigiam a formação própria para essa etapa educacional, uma vez que, naquela época, professoras de outras áreas atuavam com crianças pequenas. Essas professoras, por meio das ações do grupo de pesquisa, contribuíram para que o curso de Pedagogia da FURG abarcasse a formação para atuar na Educação Infantil. Reafirmaram, também, a necessidade de que a sociedade civil e a sociedade política do Município do Rio Grande assumissem o compromisso com as crianças de zero a seis anos das classes populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de Pedagogia na FURG passou a oferecer a formação docente para a pré-escola em 1988, antes mesmo de a Educação Infantil ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, de forma articulada com o contexto de discussões e reivindicações de reconhecimento da Educação Infantil e da formação específica para as profissionais que atuavam nas creches e pré-escolas. O currículo do curso de Pedagogia da FURG foi se

² Destacamos duas pesquisas: Caracterização da Educação Infantil no município do Rio Grande -RS, realizada em 1997, coordenada pelas professoras Deborah Thomé Sayão, Ana Cristina Coll Delgado e Maria Renata Alonso Mota; e Demanda por creches e pré-escolas no município do Rio Grande – RS, coordenada pelas professoras Maria Renata Alonso Mota e Simone Santos de Albuquerque.

modificando e ampliando, de forma a abarcar a Educação Infantil como um todo, com disciplinas específicas relativas à educação de crianças desde bebês.

Nesse sentido, procuramos elencar alguns aspectos que possibilitaram que a FURG, a partir de 1988, formasse profissionais para a pré-escola e, posteriormente, para a Educação Infantil. Um dos aspectos que destacamos como condição externa é o movimento ligado ao contexto nacional, ou seja, o reconhecimento da infância como sujeito de direitos. Nesse movimento, percebemos que a Educação Infantil foi se constituindo no currículo do curso na medida em que as discussões e políticas governamentais aconteciam em determinado período, reconhecendo a infância como direito, tornando-se alvo de governo desde seu nascimento.

Outro aspecto é uma condição interna, que contribuiu para a entrada da Educação Infantil no currículo, que está relacionada com um movimento de professoras da FURG, integrantes do NEPE/FURG.

O NEPE, justamente por realizar estudos e ações de formação continuada de professoras voltados para a infância e para a Educação Infantil, foi impulsionador e teve uma participação ativa em todo o movimento de inclusão de disciplinas que tematizassem esta etapa da Educação Básica no curso de Pedagogia. Da mesma forma, contribuiu, significativamente, para a discussão e para a inclusão da especificidade da educação de crianças de zero a três anos na creche, contribuindo para a qualidade da Educação Infantil no município do Rio Grande – RS. Essa percepção nos leva a reafirmar o papel relevante que os grupos de pesquisa têm desempenhado no âmbito das universidades em prol das lutas pelo campo da infância e da Educação Infantil, bem como pela formação específica de professoras em nível superior para atuarem nas creches e pré-escolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cleuza Ivety Ribes de. Engenharias e Ciências Exatas. In: ALVES, Francisco das Neves (Orgs.) **Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade**. Rio Grande: Editora da FURG, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação. **Resolução nº 1/2006**. Institui Diretrizes Curriculares

Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Maio de 2006.

FOUCAUL, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

GALLO, Silvio. **Infância e Resistência – resistir a quê?** In: Leitura: teoria e prática. v. 31, n.61. Campinas, 2013.

GALLO, Silvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Haroldo (Org). **Michel Foucault: O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MEDEIROS, Ivone Regina Porto Martins. **Curso de Pedagogia da FURG: um estudo sobre a influência da formação na atuação da profissional egressa**. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1999.

VIEIRA, Suzane da Rocha. **O sentimento de pertencimento na formação do pedagogo: o Curso de Pedagogia da FURG no contexto das novas Diretrizes Curriculares**. 178 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2012.